

Lisboa em 1908: um mundo de pequenas lojas¹
Daniel Alves²

Introdução: uma cidade diferente

A Lisboa de 1908 que se observa na fig. 1³ era uma cidade muito diferente, não só da que se conhece hoje, mas também daquela que os contemporâneos tinham conhecido cerca de 30 anos antes. Por um lado, avançando na nossa direcção, o século XX trouxe uma transformação urbanística e administrativa muito profunda à capital, de onde é possível destacar a reforma introduzida nos limites das freguesias pelo decreto de 7 de Fevereiro de 1959. No seu preâmbulo são apresentadas as razões de ser de tal alteração, que se prendiam com o aumento populacional da cidade e o desenvolvimento urbanístico da mesma. As freguesias antigas já não correspondiam ao traçado urbano da capital e a criação de paróquias novas ao longo da primeira metade do século XX levou a que deixasse de haver “correspondência entre a divisão civil e eclesiástica”. Por tudo isto, impunha-se uma reforma classificada no próprio decreto como “a mais profunda de quantas têm alterado a fisionomia paroquial de Lisboa.”⁴ A fig. 2, comparando os limites de algumas freguesias entre 1908 e a actualidade, esclarece por si só, julgo, a veracidade e o alcance daquela frase.

Contudo, para o lisboeta de 1908 um recuo no tempo, uma viagem de três décadas na memória da cidade, até ao ano de 1878, altura do segundo censo populacional moderno, decerto traria igual perplexidade pela profundidade das mudanças que a cidade tinha sofrido desde então. Darei atenção apenas a duas vertentes dessa transformação urbana, a reforma administrativa e a evolução demográfica, procurando relacionar esta última com a análise do pequeno comércio de Lisboa no período final da Monarquia.

Quadro 1 – População de Lisboa entre 1878 e 1911⁵

Anos	Lisboa (concelho de 1911)		Lisboa (freguesias urbanas)		Lisboa (freguesias dos antigos concelhos de Belém e Olivais)	
	População	Índice	População	Índice	População	Índice
1878	228624	100	198552	100	30072	100
1890	298903	131	257922	130	40981	136
1900	356009	156	302639	152	53370	177
1911	435359	190	365081	184	70278	234

A primeira mudança, ocorrida em 1885/1886, alterou por completo a fisionomia do que era a cidade e o concelho de Lisboa até à época. Desde 1852 que a capital estava confinada a 34 freguesias, passando naqueles anos a abarcar 42 (transitoriamente, até 1895, ficaria com mais duas) e uma área 5 vezes superior à que tinha até então⁶. No

¹ Este texto é uma versão resumida de um dos capítulos da tese de doutoramento do autor, *A República atrás do balcão: os lojistas de Lisboa na fase final da Monarquia (1870 a 1910)*.

² Docente no Departamento de História e investigador do Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

³ Pormenor da *Planta completa da cidade até ao limite da sua circunvalação*, publicada em anexo ao Anuário Comercial de 1909 e elaborada por Caldeira Pires.

⁴ Câmara Municipal de Lisboa (CML), *Divisão administrativa de Lisboa*, Lisboa, C.M.L., 1960, pp. 5 a 8.

⁵ Censos da População de 1878, 1890, 1900 e 1911. Os dados demográficos correspondem ao total da população de facto. Foram recolhidos ao nível da freguesia de modo a possibilitar somas agregadas que correspondessem sempre a áreas geográficas iguais.

⁶ Sobre os pormenores das reformas administrativas de Lisboa, veja-se ALVES, Daniel, “Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX”, comunicação apresentada ao *eSIG2004, VIII*

aspecto demográfico, a revolução não foi menor, pois a comparação dos dados dos vários censos populacionais permite destacar um espectacular crescimento do número de habitantes de Lisboa, traduzido numa quase duplicação do total de indivíduos num espaço de pouco mais de 30 anos (quadro 1).

A acompanhar estas duas alterações estruturais, a cidade viu igualmente crescer o número de lojistas. As fontes que permitem traçar esta evolução são as chamadas licenças para estabelecimentos de comércio e indústria, registadas na Câmara Municipal de Lisboa⁷. A importância e a validade das mesmas para esta abordagem e caracterização vão ser decisivas, uma vez que é reconhecido que “as listas nominais do pagamento dos impostos constituiriam, é claro, as melhores fontes” para o estudo do número de lojas e da sua evolução, tal como é afirmado num trabalho semelhante sobre os merceiros de Paris⁸. A recolha destes dados, bem como a existência de um tratamento estatístico detalhado levado a cabo pela própria Câmara Municipal, nos anos de 1887 e 1893⁹, possibilitou analisar a evolução geral do comércio retalhista de Lisboa entre a década de 1870 e o ano de 1911 e traçar um esboço do que ele representaria em 1908, ano da conquista da CML por parte dos republicanos.

População e lojistas: uma cidade, dois ritmos

A tendência geral da evolução do número de licenças para estabelecimentos requeridas à câmara municipal, entre 1878 e 1911, é para o aumento do número de lojas na cidade de Lisboa (gráfico 1). Contudo, é necessário referir que 1878-1885 e 1888-1911 correspondem a realidades distintas. Apesar de se falar sempre de Lisboa, o concelho é bastante diferente nos dois períodos, abarcando 34 freguesias no primeiro e 44/42 no segundo. Um outro aspecto a ter em conta é que em 16 de Novembro de 1886 a CML alterou as licenças, mudando a noção de “estabelecimento” de comércio e indústria. Tal facto, colocou sob a alçada da fiscalização um maior número de pequenos negócios que, provavelmente, ainda eram “escapos [sic]” a este imposto antes da reforma¹⁰. Dessa forma era interpretada, em 1887, a nova postura pela Associação Comercial de Lojistas de Lisboa (ACLL), instituição fundada em 1870, ao referir que “só lograrão escapar a este imposto três classes: os grandes proprietários, [os] capitalistas e os vadios.”¹¹ Os dois factores conjugados explicam o salto dado pelo número de licenças entre 1887 e 1888.

Gráfico 1 – Evolução do n.º de licenças para estabelecimentos no concelho de Lisboa¹²

Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica, 2004 (disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/deps/historia/docs/lisboa.pdf>),

⁷ As licenças para fazer comércio na cidade existiam desde a Idade Média, foram reformadas no século XVIII, mas sofreram uma alteração profunda pela postura de 4 de Novembro de 1872, publicada em Edital de 13 de Março do ano seguinte. OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Universal, 1882, pp. 138-139 e CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*, 1ª série, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1895, p. 14.

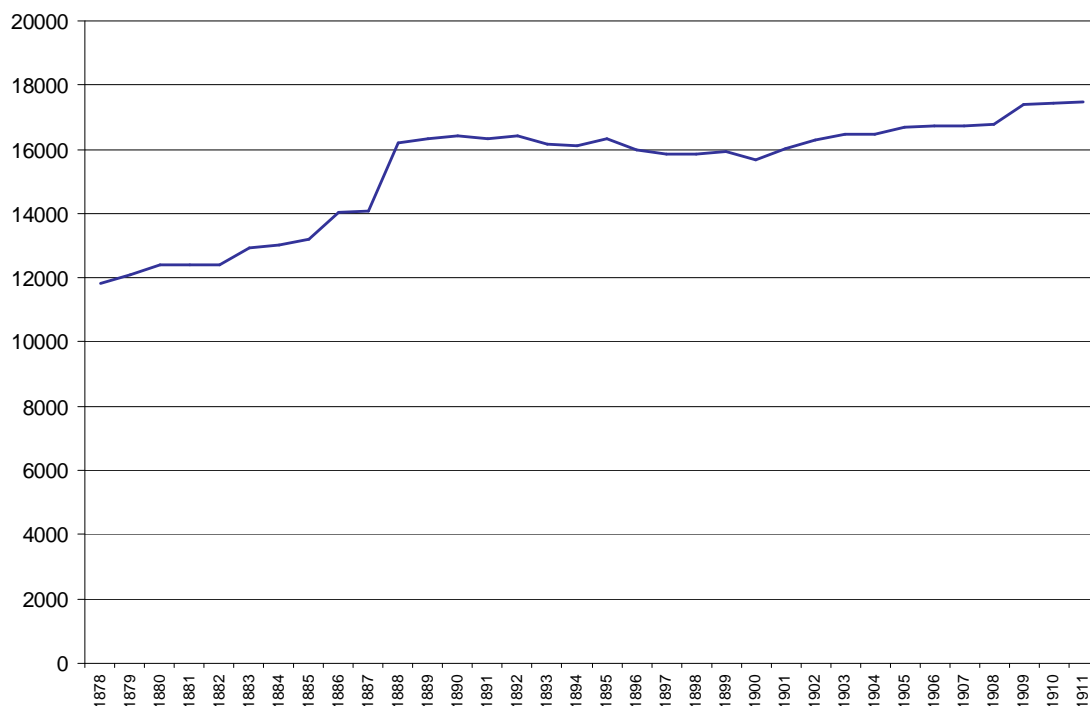
⁸ FAURE, Alain, “The grocery trade in nineteenth-century Paris: a fragmented corporation”, in CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*, London, Methuen, 1984, p. 161.

⁹ CML, *Inspecção...*, 1ª e 2ª séries.

¹⁰ CML, *Inspecção...*, p. 45.

¹¹ ACLL, *Relatório da ACLL de 1887*, p. 49.

¹² Arquivo Municipal de Lisboa, *Licenças para Estabelecimentos de Comércio e Indústria*, 1878-1911.



Tendo em conta estas observações, é possível distinguir três momentos na evolução do pequeno comércio de Lisboa. A série tem início com uma expansão do comércio de retalho na cidade, entre 1878 e 1885, com o número de licenças a aumentar quase 12%, num ritmo de crescimento anual médio de cerca de 1,6%, o mais elevado dos três momentos analisados. Após a transição de 1886/1887, o número de lojas terá atingido um primeiro pico em 1890, com mais de 16400 licenças, mas toda a década seguinte vai ser de crise, primeiro com uma estagnação, depois, entre 1895 e 1900, com uma queda efectiva do total de licenças. No cômputo geral, este segundo momento regista um crescimento negativo, sejam quais forem os anos que se escolham para a comparação entre a primeira e a segunda metade da década. Entre 1890 e 1900, a quebra equivale a quase 5%¹³, revelando a última década do século XIX como uma época de crise para os lojistas de Lisboa. O período seguinte, ao contrário, foi novamente de expansão do comércio retalhista, com um relevo particular para o ano da vitória dos republicanos nas eleições municipais. O número total de licenças cresceu de pouco mais de 16000, em 1901, para quase 17500, em 1911, um crescimento de 9,1%¹⁴.

Contudo, tanto no crescimento demográfico (quadro 1), como na evolução do pequeno comércio (quadro 2), havia claramente duas cidades, dois ritmos distintos: um, mais lento, para a parte urbanisticamente mais consolidada da capital, o que tinha sido o concelho de Lisboa de 1852 a 1885; outro, bastante mais rápido, para a nova área, para as freguesias que tinham vindo dos concelhos de Belém e Olivais. No final da Monarquia, Lisboa cresceu, essencialmente, em “dois eixos (...): Olivais, a Oriente, Campo Grande e Lumiar, para norte.” Ao mesmo tempo, observa-se o progressivo “esvaziamento” populacional da Baixa e um “inferior (...) ritmo de crescimento do número de fogos”, nas freguesias centrais¹⁵. A diferença entre “um «centro histórico» progressivamente *esvaziado* da sua população residente” e uma periferia “com índices

¹³ O valor efectivo da taxa de variação é de -4,67%, a taxa de crescimento anual médio regista -0,48%.

¹⁴ A taxa de crescimento anual médio é de 0,88%, para 16024 licenças em 1901 e 17485 em 1911.

¹⁵ RODRIGUES, Teresa, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, Cosmos, 1995, pp. 73 e 77.

de *crescimento* populacional extremamente elevados”, é um aspecto crucial da evolução demográfica da cidade¹⁶, tendo, como parece óbvio, influência na própria distribuição do pequeno comércio da cidade e nas alterações que este vai sofrer a partir da década de 1890.

Quadro 2 – “Arrolamento geral dos lojistas e mais comerciantes” de Lisboa (1887-1893)¹⁷

Anos	Antiga circunvalação ¹⁸	Zona anexada ¹⁹	Total
1887	8514	1523	10037
1893	8757	1751	10508
<i>Dif.</i>	+ 243	+ 228	+ 471
<i>Dif. (%)</i>	+2,85	+14,97	+4,69
<i>TCAM</i> ²⁰ (%)	+0,47	+2,35	+0,77

Quer se olhe para o crescimento demográfico geral da cidade ou, em especial, para os ritmos diferenciados dessa evolução populacional, entre freguesias urbanas e freguesias anexadas à cidade depois de 1885/1886, ressalta uma correlação entre as duas variáveis: a população da cidade e o número de lojas cresceram rapidamente entre 1878 e 1890; o ritmo de crescimento demográfico diminuiu entre 1890 e o censo seguinte, com o comércio a entrar em crise, para acelerar novamente na primeira década do século XX, mas a uma taxa mais moderada do que a registada nos primeiros anos analisados.

A correlação entre população e licenças, ou seja, entre clientela e lojistas, estava a contribuir, não isoladamente, mas de forma significativa, para uma redução ou um ritmo mais lento de crescimento do número de estabelecimentos comerciais no centro da cidade. Ou seja, nos últimos anos da Monarquia, Lisboa não estava só a ver diminuir de forma relativa a população na Baixa, como este “centro comercial” estava a contrair-se em termos do número total de lojas existentes e a mudar significativamente algumas das suas características (fig. 3 a 5²¹).

Apesar da população estar a diminuir nas freguesias centrais, a densidade de estabelecimentos estava também a descer o que é indicativo de que não era apenas o factor “menos clientela” que estava a afastar os lojistas da Baixa, mas que havia outras causas. Destaco aqui o aumento das rendas das casas pois era das que mais influência tinha na manutenção ou não de um pequeno negócio em Lisboa. A confirmar isso mesmo merece realce o facto da temática do inquilinato do lojista ser das mais recorrentes na propaganda relacionada com os pequenos comerciantes e no discurso da ACLL, entre 1890 e 1910.

A comparação da evolução populacional com a do número de estabelecimentos comerciais, através das figuras 3 a 5, permite destacar dois aspectos. Em primeiro lugar, a maior concentração de lojas na zona da Baixa-Chiado, nas freguesias adjacentes e zona ribeirinha, em 1887 e 1893, contrasta com uma zona em desenvolvimento urbanístico e, em alguns casos, mesmo predominantemente rural, na qual a densidade de

¹⁶ FERREIRA, Vítor Matias, *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987, p. 95 (itálico no original).

¹⁷ CML, *Inspecção...*, p. 55. A fonte apresentava somente os valores absolutos para os dois anos, nas duas zonas; as diferenças e percentagens foram calculadas com base nos mesmos.

¹⁸ Concelho de Lisboa até 1885.

¹⁹ Área acrescentada ao concelho de Lisboa depois de 1885/1886.

²⁰ Taxa de Crescimento Anual Médio.

²¹ CML, *Inspecção...*, 1ª e 2ª série.

lojas é pouco significativa (fig. 3 e 4). Porém, a tendência era para um maior ritmo de crescimento fora da zona tradicionalmente mais comercial, como se pode observar na fig. 5²². Veja-se o caso, por exemplo, da freguesia dos Olivais, a que se poderiam juntar as de S. Jorge, Anjos, S. Bartolomeu ou Alcântara, onde é possível observar um significativo aumento do número de lojas. Aqui, os serviços prestados pelos lojistas acompanhavam a clientela, no fundo, o crescimento da cidade operária. Para além disso, se exceptuarmos os casos das freguesias da Ameixoeira e Lumiar, com valores base muito reduzidos, é bastante evidente uma quebra no número de estabelecimentos e da sua densidade, em relação aos habitantes, na zona da Baixa, mas também no eixo S. Mamede – S. Paulo e em Santos.

Para isto contribuía, certamente, o desenvolvimento demográfico já referido atrás, mas também o preço elevado das rendas das casas em Lisboa, em particular na zona da Baixa, que tendiam a afastar alguns lojistas do centro da cidade e a aprofundar as diferenças entre eles, a heterogeneidade da classe. Este era, aliás, um problema que estava a afectar os lojistas de outros países europeus igualmente. Desde 1870 que se verificava a tendência para a “subida do preço das habitações na maioria das cidades europeias.”²³

Os lojistas de Lisboa: uma classe heterogénea?

Além da evolução genérica do pequeno comércio de Lisboa, importa conhecer um pouco da estrutura interna do grupo social que, em 1908, vai estar na linha da frente da luta política e eleitoral, contribuindo de forma decisiva para a definitiva afirmação do Partido Republicano Português na esfera do poder local em Lisboa. Para tal, recorreu-se às listagens das “indústrias colectadas” com a contribuição industrial fornecidas pelo *Anuário Estatístico de Portugal de 1917*, comparando-as com os dados recolhidos nas listas de sócios da ACLL, as quais contêm informações sobre as moradas e profissões dos lojistas associados. As dificuldades em conjugar estas fontes, apesar de não serem muito significativas, têm de ser referidas, em especial porque nem sempre foi coincidente no tempo a sua produção, como também foram elaboradas com fins muito distintos e perspectivas sobre o mundo dos lojistas igualmente diferenciadas²⁴. Houve necessidade de criar categorias abrangentes onde pudessem ser incluídas as actividades ou profissões indicadas nos dois tipos de listagens, de modo a permitir a comparação. Em caso de dúvida, privilegiou-se a noção do que era um lojista dada pelas listagens de sócios da ACLL²⁵.

A primeira conclusão a retirar é que Lisboa era uma cidade de tabernas e mercearias, cujo peso, no total das lojas existente entre 1890 e 1915, nunca foi inferior a 30%, ultrapassando mesmo os 35% na viragem do século (quadro 3). Podem ainda juntar-se lojas que disponibilizavam bens ou serviços considerados de primeira

²² Foram utilizados os dados da população de facto do censo de 1890, ao nível da freguesia, para a comparação com os números dos estabelecimentos em 1887 e 1893.

²³ Cf. NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente? La pequeña burguesía española (1808-1936)”, in *Historia Social*, n.º 26, 1996, p. 24.

²⁴ As dificuldades de tratamento e análise de um mesmo tipo de fontes são igualmente referidas num trabalho de caracterização dos lojistas de Milão. Cf. MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan, 1886-1922*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, pp. 46-47.

²⁵ Sobre os problemas de classificação sócio-profissional e “a necessidade de agregação de uma imensidade de profissões ou ocupações” de forma a tornar operática a análise do historiador veja-se: PEREIRA, Gaspar Martins, *Famílias Portuenses na Viragem do século (1880-1910)*, Porto, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, Vol. 2, pp. 284-293 e CRUZ, Maria Antonieta, *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999, pp. 104-106 e 171-172.

necessidade, como as padarias ou os talhos, mostrando assim o peso muito significativo que o sector alimentar representava no pequeno comércio lisboeta. O facto das lojas mais frequentes em Lisboa serem as de venda de vinho e bebidas alcoólicas estava em sintonia com a própria evolução das condições de vida, pois o final do século XIX assistiu a um aumento do consumo daqueles bens²⁶, o que na capital levou à proliferação de “loja[s] de bebidas”, de “botequins”, com ou sem bilhar, de espaços de venda de “vinhos e comidas”, “vinhos e licores” ou “vinhos e carvão”, das “taberna[s]” propriamente ditas ou das “cervejaria[s]”²⁷.

Quadro 3 – Distribuição percentual dos lojistas de Lisboa por tipo de negócio, em 1915²⁸

Actividade/profissão	%
Vinhos e bebidas	20,9
Mercearias	14,7
Roupas e acessórios	6,7
Barbeiro	6,4
Capelista, quinquilharia e pequenos objectos	6,2
Agências e comissões	5,8
Construção e materiais de construção	4,2
Fabrico e venda de calçado e acessórios	3,9
Talho e açougue	3,9
Fabrico e venda de Pão	3,0
Móveis, artigos de decoração e antiguidades	2,4
Confeitarias, cafés, restaurantes e afins	2,4
Farmácia e botica	2,3
Câmbio e lotarias	2,2
Ouro, prata, relógios	1,9
Droguistas	1,7
Hotelaria e alojamento	1,5
Tipografia e papelaria	1,1
Fotografia e gravura	0,6
Grandes armazéns	0,6
Livreiros	0,5
Outras	7,0
Total	100,0

No caso das mercearias é preciso destacar que a maioria dos lojistas que apareciam nas listas de indústrias colectadas eram “tendeiros (mercadores de víveres por miúdo)”, designação muito rara nas listagens da ACLL. A um nome diferente correspondia provavelmente um volume de negócios distinto, expresso aliás nas taxas da própria contribuição industrial que colocava os merceeiros na 5ª categoria e os tendeiros na 8ª. Contudo, até os contemporâneos tinham dificuldade em saber “bem onde acaba a tenda para começar a mercearia”²⁹. Confusão que passava inclusive pela

²⁶ MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, in *Análise Social*, 142, 1997, p. 515.

²⁷ Estes e os exemplos que irão ser indicados a seguir surgem nas listas de sócios da ACLL. Cf. ACLL, *Relatórios da ACLL, 1878-1910 e Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*.

²⁸ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1917. As percentagens foram calculadas com base nas tabelas de “indústrias colectadas” relativas a 1915. O facto da hierarquia das lojas de 1915 ser, no essencial, confirmada por contabilização semelhante elaborada para 1900, leva a utilizar com relativa segurança as percentagens calculadas para descrever o que seria a distribuição geral dos lojistas em 1908.

²⁹ *O País*, n.º 812, 30 de Setembro de 1875.

literatura, onde se caracterizava um “tendeiro, pessoa de boa nota, de génio pacífico” como proprietário de uma “loja de mercearia”³⁰.

As lojas de roupa e acessórios eram igualmente importantes na composição do pequeno comércio lisboeta. Se neste “sector” se incluir o fabrico e venda de calçado, o vestuário fica já relativamente próximo das mercearias. São das mais diversificadas entre as categorias elaboradas, predominando os fanqueiros, os alfaiates e os capelistas com modas, mas também eram muitos os que se dedicavam à venda de chapéus, luvas e tecidos vários. As listas da ACLL, mantendo no geral a hierarquia indicada são mais ricas nas designações do tipo de loja. As camisarias e as chapelarias ainda ocupam um lugar de destaque, assim como outras lojas de vestuário. Porém, verifica-se que a reunião de vários tipos de vestuário e confecções ou acessórios numa mesma loja era já uma tendência, com as “casas de modas” e as “lojas de fazendas”, em conjunto, a serem mais frequentes que os próprios alfaiates. A concentração destes lojistas, de acordo com os dados das listagens da ACLL, era particularmente evidente nas freguesias da Baixa e no Chiado³¹.

Do conjunto, destaque ainda para três outras categorias com um forte peso no pequeno comércio lisboeta, caso das barbearias, dos capelistas ou lojas de quinquilharia e de uma impressionante percentagem (quase 6%) de agentes comerciais ou “indiferenciados”, indivíduos que vivem de “comissões”, da “corretagem”, da “importação e exportação”, do “fornecimento de navios” ou até de assuntos “fiscais” e “funerários”. No fundo, um reflexo da posição de Lisboa como centro económico do país e o seu principal entreposto comercial, mas também da reduzida dimensão da maioria das lojas da capital, de que os estabelecimentos de capelistas e afins constituíam um bom exemplo, espalhados “por toda a cidade, oferecendo à clientela miudezas, linhas, agulhas, alfinetes, dedais, retroses, rendinhas e bijutarias baratas.”³²

Como nota final à sumária caracterização do pequeno comércio na cidade aqui apresentada, uma chamada de atenção para a relativa heterogeneidade existente na classe, detectável na variedade de designações das lojas, no peso das várias categorias no total dos lojistas de Lisboa, mas também numa assinalável diferenciação na dimensão dos estabelecimentos e nas rendas pagas pelos mesmos, fenómeno intimamente relacionado com a localização geográfica dos estabelecimentos e, muito provavelmente, influenciando de forma decisiva uma distinção no nível de rendimentos que o trabalho atrás de um balcão proporcionava a cada lojista.

À falta de informações para os anos finais da Monarquia, é necessário recorrer uma vez mais ao cadastro dos “lojistas e comerciantes” elaborado por Gomes de Brito, calculando médias das rendas pagas em cada freguesia e relacionando-as com os escalões definidos na postura de 16 de Novembro de 1886³³. A distribuição das rendas segue uma certa lógica concêntrica, partindo das freguesias da Baixa, onde, sem excepção, a média era superior a 200\$000 réis, passando depois para um pequeno conjunto de freguesias limítrofes (Santos, Encarnação, S. José, Socorro e Sé), com rendas que iam dos 100 aos 200\$000 réis (fig. 6). As restantes freguesias, na maior parte, já afastadas do “Bairro do Comércio” e correspondendo às áreas de expansão

³⁰ VASCONCELOS, António Augusto Teixeira de, *Papéis velhos. Narrações*, Lisboa, Typ. Portuguesa, 1872, p. 248.

³¹ Um mesmo padrão de distribuição geográfica foi detectado para as lojas de Milão no final do século XIX. Cf. MORRIS, Jonathan, *The Political Economy...*, pp. 64 a 88, em especial 79-80.

³² COSTA, Mário, *Da Rua Nova à Rua dos Capelistas*, Lisboa, Tip. Soc. Ind. de Tipografia, 1953, p. 32.

³³ CML, *Inspecção...*, pp. 23-24. Os escalões das rendas definidos na postura são os que constam da legenda da fig. 6.

urbanística e demográfica da capital, tinham a servi-las lojas de reduzidas dimensões, certamente, tendo em conta os valores médios das rendas que oscilavam entre os 50 e os 100\$000 réis.

Desta análise resulta também que a facilidade em entrar na vida de lojista, tão evidente noutros países, dependia em Lisboa claramente da zona da cidade em que se localizasse o espaço a arrendar. Provavelmente, seria mais difícil a um indivíduo que quisesse iniciar uma vida atrás do balcão aspirar a conseguir a sua “independência” na zona central da cidade. A afirmação não é despicienda se se tiver em conta dois aspectos: por um lado, alguma da bibliografia que se dedica ao estudo dos lojistas na Europa e não só refere a relativa facilidade em entrar na classe, em abrir um pequeno negócio, pelo reduzido capital a investir no início da actividade³⁴; por outro lado, é preciso realçar que os valores das rendas tinham de ser pagos adiantados e com prazos relativamente longos (6 meses ou 1 ano, pareciam ser a norma), o que tornava mais problemático aquele investimento inicial para quem queria abrir uma loja em Lisboa³⁵.

Uma imagem que vem apoiar a hipótese de nestes anos estar a ocorrer uma transferência de lojistas do centro da cidade, onde as rendas eram mais elevadas, para a periferia, onde os custos de manutenção de um estabelecimento certamente baixavam e onde a população estava a aumentar. Alguns dados retirados do relatório de Gomes de Brito permitem consubstanciar esta noção, pois tanto a freguesia do Coração de Jesus, como a de S. Sebastião da Pedreira, por exemplo, são das poucas que entre 1887 e 1893 apesar de crescerem em número de lojas, diminuem em valor das licenças pagas, em especial a primeira, onde se verifica uma quebra de cerca de 16%. Sabendo que o valor das licenças estava indexado ao valor das rendas dos estabelecimentos, o mais certo foi neste período alguns lojistas, querendo manter a sua actividade, as suas lojas abertas, verem-se forçados a abandonar o centro da cidade e a procurar lojas mais baratas nas freguesias periféricas.

Em jeito de conclusão: os lojistas e a política em 1908

Mas se os vários aspectos destacados acima podem contribuir para uma imagem de heterogeneidade da classe, outros havia que proporcionavam aos lojistas a oportunidade de construir uma identidade comum. Entre eles, destacam-se as lutas e os protestos contra os impostos e as queixas pela inexistência de uma lei do inquilinato comercial, questões que a ACLL tão bem soube aproveitar a partir de meados da década de 1880 e que lhe granjearam um crescente número de adesões. Mas também a política foi um factor importante na definição de uma identidade dos lojistas lisboetas, fechando uma trilogia que os caracterizava como “comerciantes, contribuintes e cidadãos”³⁶.

A faceta política esteve sempre presente no meio lojista da capital, mas nos últimos anos da Monarquia essa perspectiva, muito por influência da propaganda republicana ou por uma identificação natural com ela, assumiu proporções mais significativas de que as eleições municipais de 1908 foram apenas um reflexo mais. Neste caso, é preciso reforçar a ideia de uma participação activa, talvez até mais

³⁴ Veja-se, por exemplo, WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 44-45; BENSON, John, *The penny capitalists. A study of nineteenth-century working-class entrepreneurs*, Dublin, Gill and Macmillan, 1983, pp. 98 a 127; CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe 1780-1914. Enterprise, Family and Independence*, London, Routledge, 1995, pp. 69-70; ou ainda SHORB, Patrick Naoya, *Retailing Society, Retailing the State: Shopkeeper Politics in Modern Japan, 1868-1945*, Princeton University, Dept. of East Asian Studies, 2005, p. 55.

³⁵ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 09-07-1891, pp. 3-5.

³⁶ A expressão é a tradução do título de um artigo sobre a pequena burguesia italiana, onde aquela imagem assumia contornos semelhantes. Cf. MORRIS, Jonathan, “Traders, taxpayers, citizens: the lower middle classes from Liberalism to Fascism”, in *Modern Italy*, vol. 7, n.º 2, 2002, pp. 153-169.

significativa do que se pensava até agora, dos lojistas na vivência social e, em especial, política da capital na passagem do século XIX para o século XX. Talvez por isto não seja de estranhar a relativamente precoce envolvimento associativo dos lojistas e a sua importância nos jogos políticos eleitorais, municipais ou nacionais, frequentemente cortejados pelas várias forças partidárias, sendo reconhecida a sua valência não só em termos quantitativos, mas também como elementos essenciais da propaganda política da época.

Destaque-se neste aspecto o facto de muitos dos vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Lisboa entre 1870 e 1908 terem ligações ao comércio e à ACLL³⁷. Aliás, esta proximidade começou ainda antes da fundação da associação. Aquele que, em 1870, virá a ser o presidente da comissão instaladora da jovem associação, António José Marques Leal, foi eleito vereador de Lisboa para os anos de 1868 e 1869³⁸. Ao longo desses quase 40 anos foram várias as participações, mais ou menos oficiais, da ACLL nas eleições municipais e, pelo menos desde 1876, não houve praticamente ano nenhum em que não estivesse presente um ou mais lojistas no elenco da vereação, pelo que se pode dizer que 1908 não foi uma excepção, apenas representou um epílogo da relação privilegiada entre lojistas e política na municipalidade.

Contribui para esta visão o facto dos pequenos comerciantes de Lisboa serem uma das classes mais activas eleitoralmente entre 1878 e 1908. A justificar esta afirmação, a baixíssima taxa de abstenção, em termos comparativos, que foi possível detectar entre os lojistas depois de se analisarem 7 actos eleitorais, em 14 freguesias das mais representativas do corpo comercial lisboeta, numa amostragem de mais de 1400 indivíduos³⁹. Este não é o local para desenvolver todos os pormenores que a análise dos livros de descarga das eleições permitem trabalhar, mas pode-se adiantar algumas conclusões significativas: os lojistas têm taxas de participação eleitoral quase sempre superiores a 70%, chegando por vezes a mais de 80%, isto quando foi possível apurar para as mesmas eleições e freguesias que a média geral de votantes entre todos os recenseados rondava somente os 50-60%. A enquadrar esta activíssima mobilização política estava também uma forte presença do associativismo, isto se se tiver em conta os níveis de representatividade que a ACLL conseguiu granjear após 1890, reforçados de forma espectacular no ano de 1908, altura em que dos quase 11000 pequenos comerciantes existentes na capital, cerca de 19% estavam inscritos na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa.

Mesmo a ligação entre a actividade política dos lojistas e o Partido Republicano, em 1908, não resulta de um caso esporádico, antes deriva de uma tendência ligada inclusive à vivência associativa. Os lojistas de Lisboa estavam, pelo menos desde os finais da década de 1890, a identificar-se cada vez mais com a propaganda e os ideais da República, algo que era já evidente no seio da ACLL pela mesma altura, pois os corpos gerentes começaram a ser maioritariamente constituídos por lojistas conotados com o

³⁷ SANTOS, Maria do Rosário e VIEGAS, Inês Morais (coord.), *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*, Lisboa, Câmara Municipal. Pelouro da Cultura. Divisão de Arquivos, 1996, pp. 108 e 118. A lista de nomes dos vereadores aqui apresentada foi confrontada com as listas de sócios da ACLL.

³⁸ SANTOS, Maria do Rosário e VIEGAS, Inês Morais (coord.), *A evolução municipal de Lisboa...*, p. 106.

³⁹ As freguesias incluídas nesta amostra foram Conceição Nova, Encarnação, Lapa, Madalena, Mercês, N S^a do Socorro, S Catarina, S Isabel, S Julião, S Justa, S Nicolau, S Paulo, S Pedro em Alcântara e Santos-o-Velho. Datas das eleições: 13/10/1878, 21/08/1881, 30/03/1890, 15/04/1894, 17/11/1895, 06/10/1901 e 29/04/1906. Arquivo Histórico Parlamentar, *Assembleias Eleitorais Monárquicas*, cxs. 1221, 1222, 1223, 1224, 1426, 1427, 1428, 1429A, 1734B, 1734C, 1734D, 1734E, 1734F, 1890A, 1890D, 1890F, 1890G, 1932, 1932B, 1932E, 1932F, 1932H, 2073, 2073A, 2074B, 2159A, 2159D e 2160.

republicanismo, propensão que se reforçou na primeira década do século XX, quando a direcção e a assembleia-geral da Associação passaram a ser quase inteiramente controladas por republicanos. O epílogo desta caminhada para o republicanismo, contudo, reside precisamente no ano de 1908, quando nem à imprensa conservadora escapou o facto de em Lisboa “muitos lojistas e comerciantes faze[re]m parte dos partidos avançados na desordem” e de “muitos” pensarem “que Portugal só se desenvolverá com a República”⁴⁰.

A demonstração prática dessa comunhão de ideias culminaria nas eleições de Novembro de 1908, quando no dia 1 entre 22 candidatos efectivos e suplentes à vereação se encontravam 12 comerciantes e industriais, todos sócios da Associação dos Lojistas, e no dia 29, no sufrágio para as juntas de paróquia, era possível contabilizar 45% de comerciantes entre todos os candidatos (efectivos e suplentes), sendo que destes mais de metade eram também associados da ACLL.

Em jeito de conclusão cabe a pergunta, mais provocatória do que especulativa, como é óbvio, se não terá sido antes a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em vez do Partido Republicano Português, a ganhar a principal câmara municipal do país e a beneficiar com essa vitória?

Imagens

Fig. 1 – Planta de Lisboa em 1909

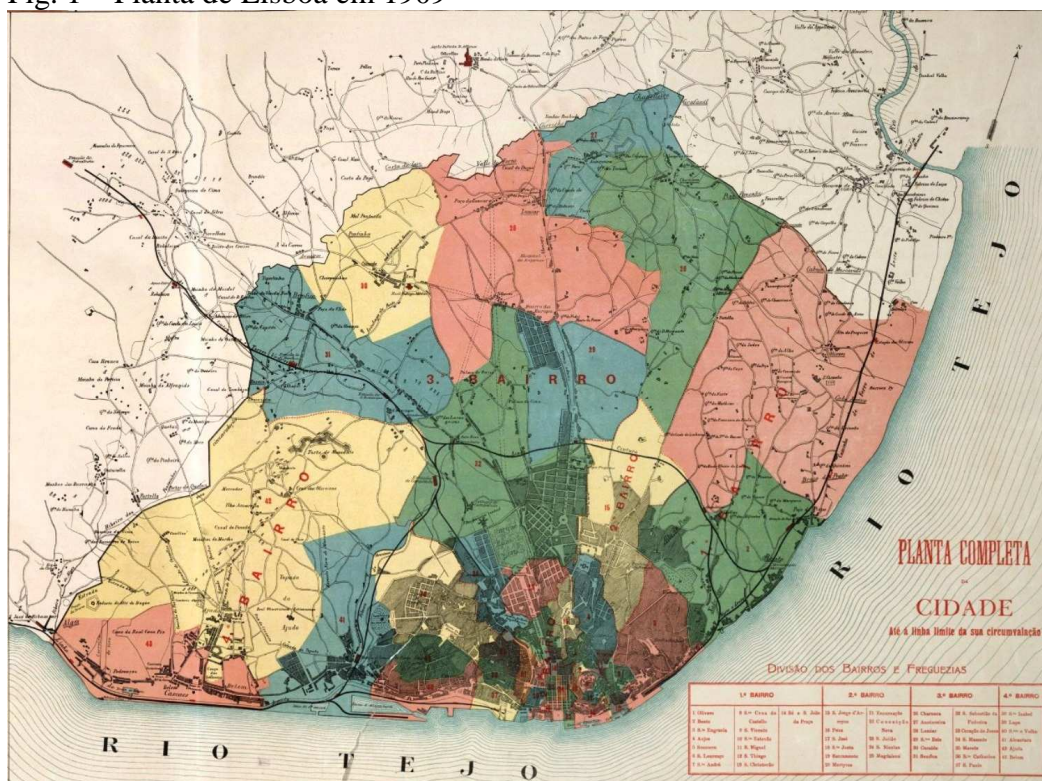


Fig. 2 – Comparação dos limites de algumas freguesias de Lisboa

⁴⁰ *Portugal*, n.º 411, 5 de Junho de 1908 e n.º 429, 26 de Junho de 1908.

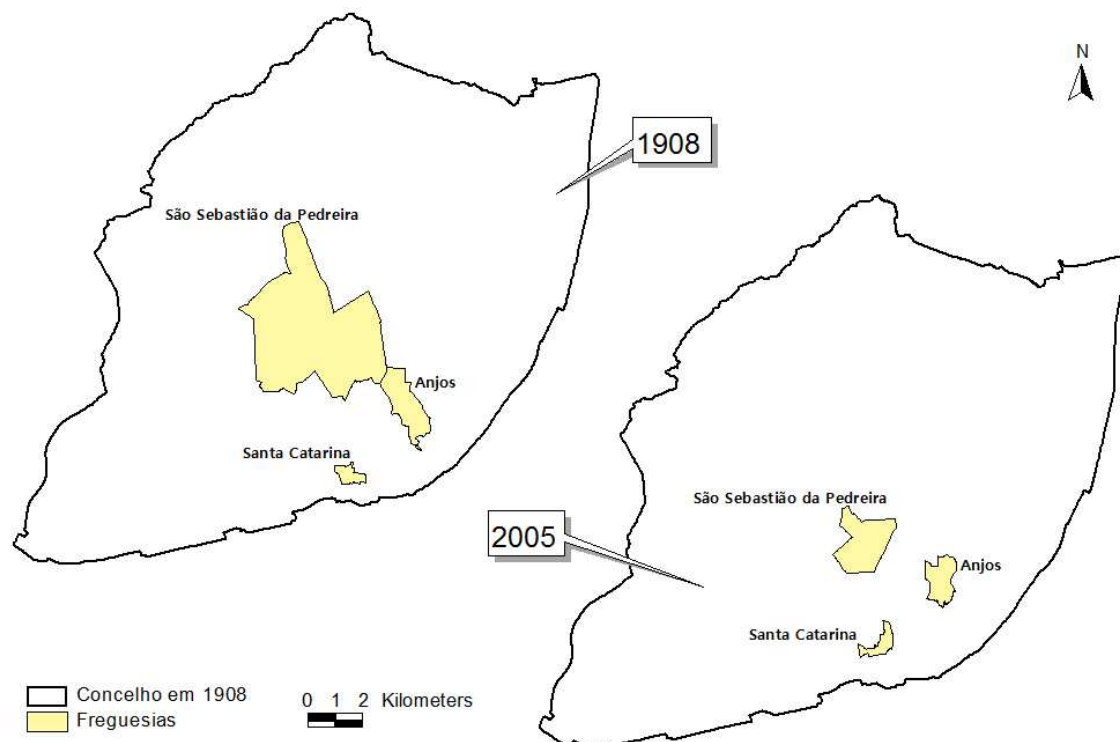


Fig. 3 – Estabelecimentos de “porta aberta” por freguesias em 1887

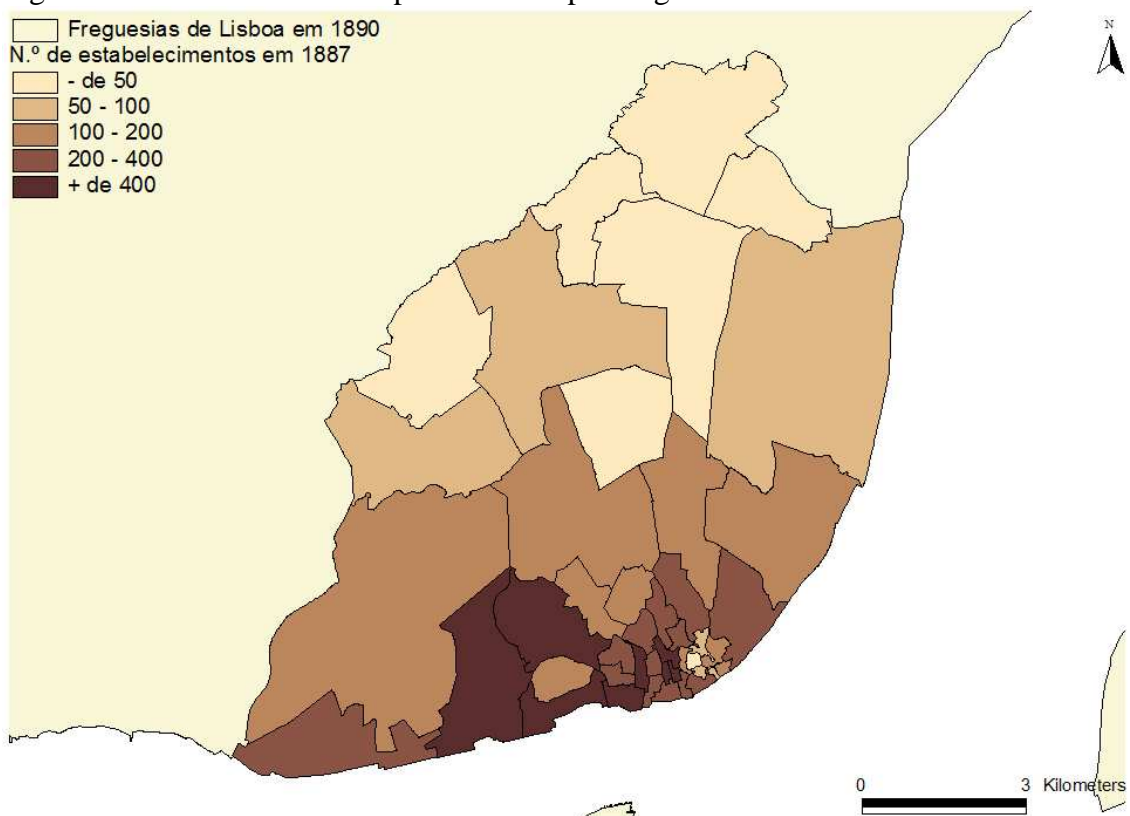


Fig. 4 – Estabelecimentos de “porta aberta” por freguesias em 1893

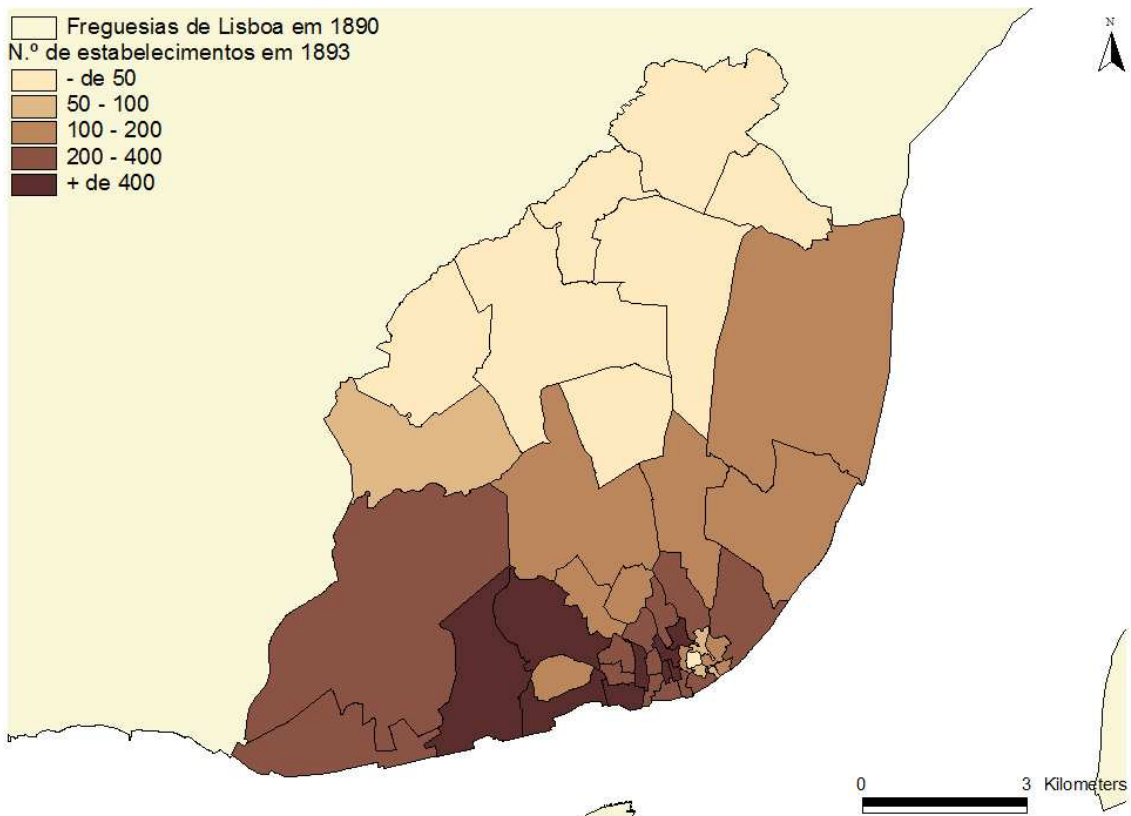


Fig. 5 – Evolução do n.º de estabelecimentos por mil habitantes (1887-1893) (%)

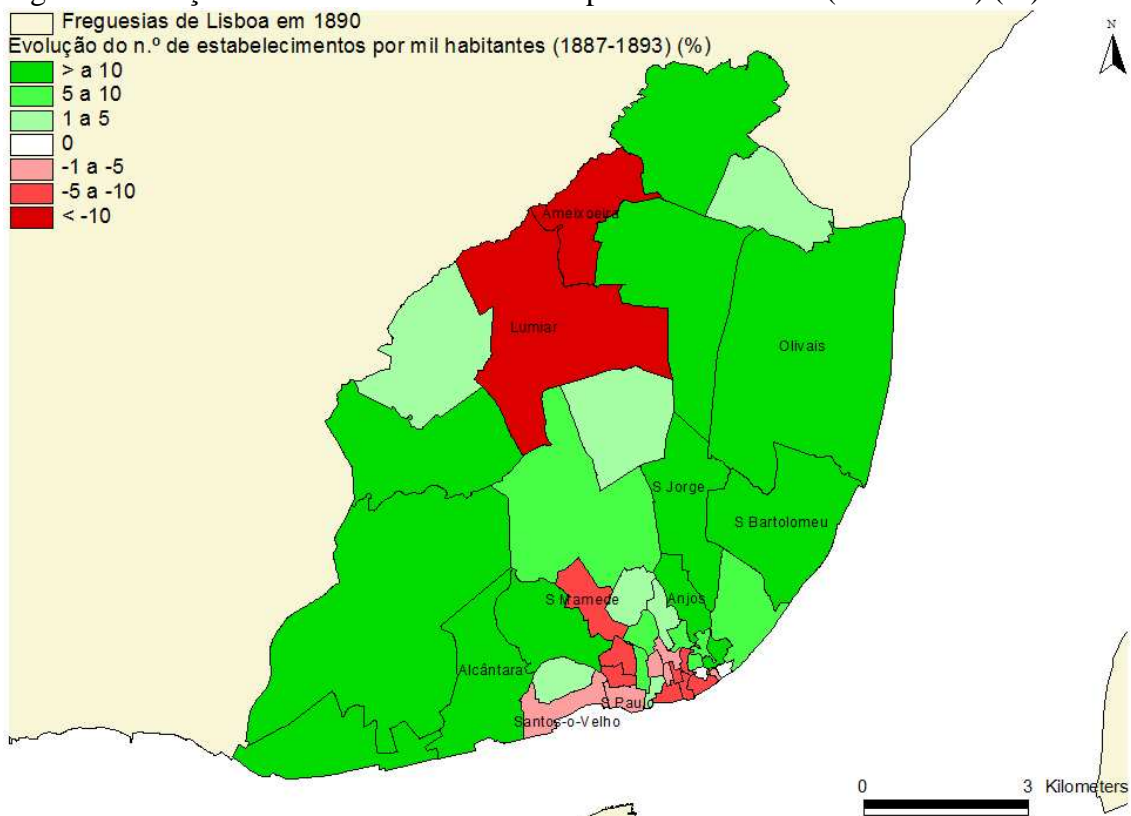


Fig. 6 – Distribuição por freguesias das rendas declaradas pelos lojistas em 1893

